



**ALEXIS LEONTIEV**

**O DESENVOLVIMENTO DO  
PSIQUISMO**



Capa: Paulo Gaia  
Digitação: Rosilene e Rogério Bolanho  
Editoração: Conexão Editorial  
Fotolitos de Capa: SM Fotolito  
Impressão e Acabamento: Provo Distribuidora e Gráfica Ltda

Título Original: *Le développement du psychisme*  
Tradutora: Hellen Roballo

2ª Edição: Outubro de 2004

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Leontiev, Alexis, 1904-1979  
O desenvolvimento do psiquismo / Alexis  
Leontiev ; [tradutor Rubens Eduardo Frias]. --  
2. ed. -- São Paulo : Centauro, 2004.

Título Original em francês: *Le développement  
du psychisme*  
Bibliografia

1. Consciência 2. Pesquisa psicologia  
3. Psicologia - História 4. Psicologia - Teoria,  
métodos etc. I. Título

04-2408

CDD-150

Índices para catálogo sistemático:

1. Psiquismo humano : Psicologia 150

© CENTAURO EDITORA  
Travessa Roberto Santa Rosa, 30  
02804-010 - São Paulo - SP  
Tel. 11 - 3976-2399 - Tel./Fax 11 - 3975-2203  
E-mail: editoracentauro@terra.com.br  
www.centauroeditora.com.br

UEM	BCE
Clas.	150 L586a
	2. ed.
	ex. 1
Reg.	151.883
Data	17-02-05
Proced.	Dout. Curitiba Papete e Lemos Ltda
NE	4/742-0 NF 15759
RS	30,71
Data	26-01-05 Dept. DPI

Universidade Estadual de Maringá  
Sistema de Bibliotecas - BCE



000008062

### SUMÁRIO

Adquirido com recursos do  
FUNDO PARANÁ

Introdução, 07  
Prefácio da Primeira Edição (1959), 15  
Prefácio da Segunda Edição (1964), 17

### ENSAIO SOBRE O DESENVOLVIMENTO DO PSIQUISMO

#### I - O desenvolvimento do psiquismo animal

1. *Estágio do psiquismo sensorial elementar*, 21
2. *Estágio do psiquismo perceptivo*, 43
3. *Estágio do intelecto*, 53
4. *Caracteres gerais do psiquismo animal*, 64

#### II - Aparecimento da consciência humana

1. *As condições de aparecimento da consciência*, 75
2. *O estabelecimento do pensamento e da linguagem*, 87

#### III - Sobre o desenvolvimento da história da consciência

1. *A psicologia da consciência*, 95
2. *A consciência primitiva*, 107
3. *A consciência humana e a sociedade de classes*, 121

## A DÉMARCHE HISTÓRICA NO ESTUDO DO PSIQUISMO HUMANO

1. *As teorias naturalistas em psicologia humana*, 155
2. *A corrente sociológica em psicologia*, 159
3. *O desenvolvimento da "démarche" histórica na psicologia soviética*, 162
4. *O indivíduo e o meio, o homem e a sociedade*, 169
5. *O desenvolvimento biológico e sócio-histórico do homem*, 171
6. *A apropriação pelo homem da experiência sócio-histórica*, 176
7. *Os mecanismos fundamentais do comportamento na ontogênese animal e humana*, 186
8. *As particularidades da formação das ações intelectuais*, 195
9. *O cérebro e a atividade psíquica do homem*, 201

O MECANISMO DO REFLEXO SENSORIAL, 215

O BIOLÓGICO E O SOCIAL NO PSIQUISMO DO HOMEM, 249

O HOMEM E A CULTURA, 277

O DESENVOLVIMENTO DO PSIQUISMO NA CRIANÇA, 303

OS PRINCÍPIOS DO DESENVOLVIMENTO PSÍQUICO NA CRIANÇA E O PROBLEMA DOS DEFICIENTES MENTAIS, 335

1. *O desenvolvimento mental da criança enquanto processo de apropriação da experiência humana*, 339
2. *O desenvolvimento de uma aptidão como processo de formação de sistemas cerebrais funcionais*, 344
3. *O desenvolvimento intelectual da criança enquanto processo de formação das ações mentais*, 348

Índices dos autores citados, 353

## INTRODUÇÃO

A obra psicológica de Alexis Leontiev é das mais notáveis da nossa época, e, todavia pouco conhecida nos países de língua francesa. As traduções de alguns trabalhos seus, dispersas por órgãos especializados como o *Bulletin de psychologie* ou nas *Recherches internationales à la lumière du marxisme* e a sua participação constante em encontros internacionais valeram ao autor uma autoridade incontestável. Faltava a obra fundamental que aqui apresentamos.

Trata-se dos elementos de uma teoria do psiquismo humano. Leontiev recusa, no entanto, a qualificação de "teórico". Com efeito, no decurso de meio século de atividade científica, efetuou e dirigiu um número considerável de trabalhos experimentais. Foi a partir deles e para melhor os interpretar que se interessou pelos problemas metodológicos e que chegou a uma concepção de conjunto. Seria simplista demais afirmar que a sua teoria deve bastante ao marxismo enriquecendo-o, em contrapartida, pelo simples fato de Leontiev trabalhar na União Soviética. Foram as suas investigações que o levaram a defender a natureza sócio-histórica do psiquismo humano e, a partir daí, a teoria marxista do desenvolvimento social tornava-se-lhe indispensável.

Experimentador, Alexis Leontiev não limita o seu horizonte ao laboratório. Preocupa-se com os problemas da vida humana em que o psiquismo intervém. O seu campo de estudos compreende a pedagogia, a cultura no seu conjunto, o problema da personalidade. Mais diretamente ensina, dirige e organiza a investigação, criou a Faculdade de Psicologia da Universidade de Moscou, de que é decano, intervém e é conselheiro em numerosos órgãos e organismos da vida científica, filosófica e política.

de uma organização que dê a cada um a possibilidade *prática* de se apropriar das realizações do progresso histórico e de participar enquanto criador no crescimento destas realizações.

Escolhi o problema do biológico e do social porque hoje ainda muitos sustentam a tese fatalista de uma determinação do psiquismo do homem pela herança biológica. Esta tese vem alimentar, em psicologia, as idéias da discriminação racial e nacional, do direito ao genocídio e às guerras de exterminação. Ela ameaça a paz e a segurança da humanidade. Ela está em contradição flagrante com os dados objetivos das investigações psicológicas científicas.

## **O HOMEM E A CULTURA**

1. De longa data, o homem é considerado como um ser à parte, qualitativamente diferente dos animais. A acumulação de conhecimentos biológicos concretos permitiu a Darwin elaborar a sua célebre teoria da evolução, segundo a qual o homem é o produto da evolução gradual do mundo animal e tem uma origem animal.

Depois a anatomia comparada, a paleontologia, a embriologia e a antropologia ofereceram diversas provas novas desta teoria. Todavia a idéia de que o homem se distingue radicalmente das espécies animais, mesmo as mais desenvolvidas, continuou a ser firmemente sustentada. Quanto a saber onde é que diversos autores viam estas diferenças e como a explicavam, isso, é outra história.

Não é necessário determo-nos em todas as considerações emitidas neste domínio. Não concederemos qualquer atenção às que partem da idéia de uma origem espiritual, divina do homem, que constituiria a sua essência particular: admitir uma tal teoria é colocarmo-nos fora da ciência.

O essencial das discussões científicas incidiu antes sobre o papel dos caracteres e das dificuldades biológicas inatas do homem. Uma grosseiro exagero do seu papel serviu de fundamento teórico às teses pseudobiológicas mais reacionárias e mais racistas.

A orientação oposta, desenvolvida pela ciência progressista, parte, pelo contrário, da idéia de que o homem é um ser de natureza *social*, que tudo o que tem de humano nele provém da sua vida em *sociedade*, no seio da *cultura* criada pela humanidade.

No século passado, pouco após o aparecimento do livro de Darwin, *A Origem das Espécies*, Engels, sustentando a idéia de uma origem animal do homem, mostrava ao mesmo tempo que o homem é profundamente distinto dos seus antepassados animais e que a hominização resultou da passagem à vida numa sociedade organizada na base do trabalho; que esta passagem modificou a sua natureza e marcou o início de um desenvolvimento que, diferentemente do desenvolvimento dos animais, estava e está submetido não às leis biológicas, mas a *leis sócio-históricas*.

À luz dos dados atuais da paleantropologia, o processo da passagem dos animais ao homem pode rapidamente traçar-se da seguinte maneira:

Trata-se de um longo processo que compreende toda uma série de estágios. O primeiro estágio é o da *preparação* biológica do homem. Começa no fim do terciário e prossegue no início do quaternário. Os seus representantes, chamados australopitecos, eram animais que levavam uma vida gregária; conheciam a posição vertical e serviam-se de utensílios rudimentares, não trabalhados; é verossímil que possuísem meios extremamente primitivos para comunicar entre si. Neste estágio reinavam ainda sem partilha as leis da biologia. O segundo estágio que comporta uma série de grandes etapas pode designar-se como o da *passagem* ao homem. Vai desde o aparecimento do pitecantropo à época do homem de Neanderthal inclusive. Este estágio é marcado pelo início da fabricação de instrumentos e pelas primeiras formas, ainda embrionárias, de *trabalho* e de *sociedade*. A formação do homem estava ainda submetida, nesse estágio, às leis biológicas, quer dizer que ela continuava a traduzir-se por alterações anatômicas, transmitidas de geração em geração pela hereditariedade. Mas ao mesmo tempo, elementos novos apareciam no seu desenvolvimento. Começavam a produzir-se, sob a influência do desenvolvimento do trabalho e da comunicação pela linguagem que ele suscitava, modificações da constituição anatômica do homem, do seu cérebro, dos seus órgãos dos sentidos, da sua mão e dos órgãos de linguagem; em resumo, o seu desenvolvimento biológico tornava-se dependente do desenvolvimento da produção. Mas a produção é desde o

início um processo social que se desenvolve segundo as suas leis objetivas próprias, leis sócio-históricas. A biologia pôs-se, portanto, a “inscrever” na estrutura anatômica do homem a “história” nascente da sociedade humana.

Assim se desenvolvia o homem, tornado sujeito do processo social do trabalho, sob a ação de duas espécies de leis: em primeiro lugar, as leis biológicas, em virtude das quais os órgãos se adaptaram às condições e às necessidades da produção; em segundo lugar às leis sócio-históricas que regiam o desenvolvimento da própria produção e os fenômenos que ela engendra. Notemos que numerosos autores modernos consideram *toda* a história do homem como um processo que conserva esta dupla determinação. Consideremos, tal como Spencer, que o desenvolvimento da sociedade ou, como eles preferem dizer, o desenvolvimento do meio “supra-orgânico” (isto é, social), não faz senão colocar o homem em condições de existência particularmente complexas, às quais ele se adapta biologicamente. Esta hipótese não tem fundamento. Na realidade, a formação do homem passa ainda por um terceiro estágio, onde o papel respectivo do biológico e do social na natureza do homem sofreu uma nova mudança. É o estágio do aparecimento do tipo do homem atual — o *Homo sapiens*. Ele constitui a etapa essencial, a viragem. É o momento com efeito que a evolução do homem se liberta totalmente da sua dependência inicial para com as mudanças biológicas inevitavelmente lentas, que se transmitem por hereditariedade. *Apenas* as leis sócio-históricas regerão doravante a evolução do homem. O antropólogo soviético I. I. Roguinski descreve assim esta viragem: “Do outro lado da fronteira, isto é no homem em vias de se formar, a atividade do trabalho estava estreitamente ligada à evolução morfológica. Deste lado da fronteira, isto é, no homem atual, “acabado”, a atividade do trabalho não tem qualquer relação com a progressão morfológica<sup>199</sup>.”

Isto significa que o homem definitivamente formado possui já todas as propriedades biológicas necessárias ao seu desenvolvimento sócio-histórico ilimitado. Por outras palavras, a passagem do homem a

<sup>199</sup> I. I. Roguinski, M. G. Levine: *Fundamentos da antropologia*, Moscou, 1955.

uma vida em que sua cultura é cada vez mais elevada não exige mudanças biológicas hereditárias. O homem e a humanidade libertaram-se segundo a expressão de Vandel, do “despotismo da hereditariedade” e podem prosseguir seu desenvolvimento num ritmo desconhecido no mundo animal<sup>200</sup>. E, efetivamente, no decurso das quatro ou cinco dezenas de milênios que nos separam dos primeiros representantes do *Homo sapiens*, as condições históricas e o modo de vida do homem sofreram, em ritmos sempre mais rápidos, mudanças sem precedentes. Todavia, as particularidades biológicas da espécie não mudaram ou, mais exatamente, as suas modificações não saíram dos limites de variações bastante reduzidas, sem alcance *essencial* nas condições da vida social.

Não queremos com isso dizer que a passagem ao homem pôs fim à ação das leis da variação e da hereditariedade ou que a natureza do homem, uma vez constituída, não tinha sofrido qualquer mudança. O homem não está evidentemente subtraído ao campo de ação das leis biológicas. O que é verdade é que as modificações biológicas hereditárias não determinam o desenvolvimento sócio-histórico do homem e da humanidade; este é doravante movido por outras forças que não as leis da variação e da hereditariedade biológicas. Na obra que consagrou a teoria da evolução, Timiriazev exprime esta idéia de uma maneira notável: “A teoria da luta pela existência detém-se no limiar da história cultural. Toda atividade racional do homem *não é senão uma luta, a luta contra a luta pela existência*. É um combate para que todas as pessoas na Terra possam satisfazer as suas necessidades, para que não tenha nem a indigência, nem a fome, nem a morte lenta...”<sup>201</sup>.

2. A hominização, enquanto mudanças essenciais na organização física do homem, termina com o surgimento da história social da humanidade. Esta idéia não nos parece, nos nossos dias paradoxal. No

<sup>200</sup> *O racismo perante a ciência*. UNESCO 6. Gallimard, 1960.

<sup>201</sup> K. A. Timiriazev: *Obras escolhidas*. em 4 volumes, t. III. M. 1949, p.196

colóquio científico sobre a hominização que se reuniu recentemente em Paris, foi partilhada pela maioria dos participantes<sup>202</sup>.

Mas então como é que a evolução dos homens se produziu? Qual o “mecanismo”? Pois, desde o princípio da história humana, os próprios homens e as suas condições de vida não deixaram de se modificar e as aquisições da evolução de se transmitir de geração em geração, o que era a continuidade do progresso histórico.

Era preciso portanto que estas aquisições se fixassem. Mas como, se — já vimos — elas não podem fixar-se sob o efeito de herança biológica? Foi sob uma forma absolutamente particular, forma que só aparece com a sociedade humana: a dos fenômenos externos da *cultura material e intelectual*.

Esta forma particular de fixação e de transmissão às gerações seguintes das aquisições da evolução deve o seu aparecimento de fato, diferentemente dos animais, dos homens terem uma atividade criadora e produtiva. É aliás, o caso da atividade humana fundamental: *o trabalho*.

Pela sua atividade, os homens não fazem senão adaptar-se à natureza. Eles modificam-na na função do desenvolvimento de suas necessidades. Criam os objetos que devem satisfazer às suas necessidades e igualmente os meios de produção destes objetos, dos instrumentos às máquinas mais complexas. Constróem habitações, produzem as suas roupas e os bens materiais. Os progressos realizados na produção de bens materiais são acompanhados pelo desenvolvimento da cultura dos homens; o seu conhecimento do mundo circundante deles mesmos enriquece-se, devolvem-se a ciência e a arte.

Ao mesmo tempo no decurso da atividade dos homens, as suas aptidões, os seus conhecimentos e o seu saber-fazer cristalizam-se de certa maneira nos seus produtos (materiais, intelectuais, ideais). Razão por que todo o progresso no aperfeiçoamento, por exemplo, dos instrumentos de trabalho pode considerar-se, deste ponto de vista, como marcando um novo grau do desenvolvimento histórico nas aptidões motoras do homem;

<sup>202</sup> Les processus de l'hominisation, Paris, 1958.

também a complexidade da fonética das línguas encarna os progressos realizados na articulação dos sons e do ouvido verbal, os progressos das obras de arte, um desenvolvimento estético etc.

Cada geração começa, portanto, a sua vida num mundo de objetos e de fenômenos criados pelas gerações precedentes. Ela apropria-se das riquezas deste mundo participando no trabalho, na produção e nas diversas formas de atividade social e desenvolvendo assim as aptidões especificamente humanas que se cristalizaram, encarnaram nesse mundo. Com efeito, mesmo a aptidão para usar a linguagem articulada só se forma, em cada geração, pela aprendizagem da língua que se desenvolveu num processo histórico, em função das características objetivas desta língua. O mesmo se passa com o desenvolvimento do pensamento ou da aquisição do saber. Está fora de questão que a experiência individual do homem, por mais rica que seja, baste para produzir a formação de um pensamento lógico ou matemático abstrato e sistemas conceituais correspondentes. Seria preciso não uma vida, mas mil. De fato, o mesmo pensamento e o saber de uma geração formam-se a partir da apropriação dos resultados da atividade cognitiva das gerações precedentes.

Está hoje estabelecido com toda certeza que se as crianças se desenvolverem desde a mais tenra idade, fora da sociedade e dos fenômenos por ela criados, o seu nível é o dos animais (Zingg)<sup>203</sup>. Não possuem nem linguagem nem pensamento e os seus próprios movimentos em nada se assemelham aos dos humanos; não adquirem mesmo a posição vertical. Conhecem-se pelo contrário, casos inversos em que as crianças, oriundas de povos que se encontram num nível de desenvolvimento econômico e cultural muito baixo, são colocadas muito cedo em condições culturais elevadas; formam-se então nelas todas as aptidões necessárias para a sua plena integração nesta cultura. O caso citado por H. Piéron<sup>204</sup> é um exemplo.

<sup>203</sup> R. Zingg: "Feral Man and Extreme cases of Isolation". *American Journal of Psychology*, 1940, nº53.

<sup>204</sup> H. Piéron: *De l'Actinie à l'Homme*. t. II, Paris, 1959.

A tribo dos Guayakils, no Paraguai, é das mais primitivas que se conhecem atualmente. A sua civilização é chamada civilização do mel porque um dos seus meios de sobrevivência é a recolha do mel de abelhas selvagens. É difícil entrar em contato com eles, pois não tem lugar de habitação fixa. Assim que os estrangeiros se aproximam fogem para os bosques. Mas conseguiu-se um dia apanhar uma criança desta tribo com sete anos de idade. Pôde assim conhecer-se a sua língua que se verificou ser extremamente primitiva. Noutra vez, o etnólogo francês Vellard encontrou uma menina de dois anos num acampamento abandonado pela tribo. Confiou a sua educação à mãe dele. Vinte anos mais tarde (em 1958) ela em nada se distinguia no seu desenvolvimento das intelectuais européias. Dedicou-se à etnografia e fala francês, espanhol e português.

Estes dados e muitos outros provam que as aptidões e caracteres especificamente humanos não se transmitem de modo algum por hereditariedade biológica, mas adquirem-se no decurso da vida por um processo de apropriação da cultura criada pelas gerações precedentes. Razão por que *todos* os homens atuais (pelo menos no que respeita aos casos normais), qualquer que seja a sua pertença étnica, possuem as disposições elaboradas no período de formação do homem e que permitem, quando reunidas as condições requeridas, a realização deste processo desconhecido no mundo dos animais.

Podemos dizer que cada indivíduo *aprende* a ser um homem. O que a natureza lhe dá quando nasce não lhe basta para viver em sociedade. É-lhe ainda preciso adquirir o que foi alcançado no decurso do desenvolvimento histórico da sociedade humana.

O indivíduo é colocado diante de uma imensidade de riquezas acumuladas ao longo dos séculos por inumeráveis gerações de homens, os únicos seres, no nosso planeta, que são *criadores*. As gerações humanas morrem e sucedem-se, mas aquilo que criaram passa às gerações seguintes que multiplicam e aperfeiçoam pelo trabalho e pela luta as riquezas que lhe foram transmitidas e "passam o testemunho" do desenvolvimento da humanidade.



Foi Karl Marx, o fundador do socialismo científico, o primeiro que forneceu a análise teórica da natureza social do homem e do seu desenvolvimento sócio-histórico: "Todas as suas (trata-se do homem — A. L.) relações *humanas* com o mundo, a visão, a audição, o olfato, o gosto, o tato, o pensamento, a contemplação, o sentimento, a vontade, a atividade, o amor, em resumo, todos os órgãos da sua individualidade que, na sua forma, são imediatamente órgãos sociais, são no seu comportamento *objetivo* ou na sua *relação com o objeto* a apropriação deste, a apropriação da realidade *humana*<sup>205</sup>". Mais de cem anos se passaram depois que Marx escreveu estas linhas, mas as idéias que elas encerram permanecem até os nossos dias a expressão mais profunda da verdadeira natureza das aptidões humanas ou, como dizia Marx, "das forças essenciais do homem" (*Wesenskräfte des Menschen*).

3. A questão do desenvolvimento do homem, considerado em ligação com o desenvolvimento da cultura e da sociedade, levanta uma série de interrogações. Em particular, leva a perguntar-se em que consiste o como se desenrola o processo descrito mais acima de apropriação pelos indivíduos das aquisições do desenvolvimento histórico da sociedade.

Já vimos que a experiência sócio-histórica da Humanidade se acumula sob a forma de fenômeno do mundo exterior objetivo. Este mundo, o da indústria, das ciências e da arte é a expressão da história verdadeira da natureza humana; é o saldo da sua transformação histórica. Mas em que consiste o processo de apropriação deste mundo, que é ao mesmo tempo o processo de formação das faculdades específicas do homem?

Devemos sublinhar que este processo é sempre ativo do ponto de vista do homem. Para se apropriar dos objetos ou dos fenômenos que são o produto do desenvolvimento histórico, é necessário desenvolver em relação a eles uma atividade que se reproduza, pela sua forma, os traços essenciais da atividade encarnada, acumulada no objeto.

<sup>205</sup> *Manuscripts de 1844*, ob. cit., p. 91.

Esclareçamos esta idéia com a ajuda de um exemplo simples: a aquisição de um *instrumento*.

O instrumento é produto da cultura material que leva em si, da maneira mais evidente e mais material, os traços característicos da criação humana. Não é apenas um objeto de forma determinada, possuindo determinadas propriedades.

O instrumento é ao mesmo tempo um objeto *social* na qual estão incorporadas e fixadas as operações de trabalho historicamente elaboradas.

O fato deste conteúdo, simultaneamente social e ideal, estar cristalizado nos instrumentos humanos, isso distingue-os dos "instrumentos" dos animais. Estes últimos devem igualmente realizar certas operações. Sabe-se por exemplo, que um símio aprende a servir-se de um pau para puxar um fruto para si. Mas estas operações não se fixam nos "instrumentos" dos animais e estes "instrumentos" não se tornam os suportes permanentes destas operações. Logo que o pau tenha desempenhado a sua função nas mãos do símio, torna-se um objeto indiferente para ele. É por isso que os animais não guardam os seus "instrumentos" e não os transmitem de geração em geração. Eles não podem, portanto, preencher esta função de "acumulação", segundo a expressão de J. Bernal, que é própria da cultura. É isto que explica que não existam nos animais processos de aquisição do instrumento: o emprego do "instrumento" não forma neles novas operações motoras; é o próprio instrumento que está subordinado aos movimentos naturais, fundamentalmente instintivos, no sistema das quais se integra.

Esta relação é inversa no caso do homem. É a sua mão, pelo contrário que se integra no sistema sócio-historicamente elaborado das operações incorporadas no instrumento e é a mão que a ele se subordina. A apropriação dos instrumentos implica, portanto, uma reorganização dos movimentos naturais instintivos do homem e a formação das faculdades motoras superiores.

A aquisição do instrumento consiste, portanto, para o homem, em se apropriar das operações motoras que nele estão incorporadas. É ao

mesmo tempo um processo de formação ativa de aptidões novas, de funções superiores, “psicomotoras”, que “hominizam” a sua esfera motriz.

Isto aplica-se igualmente aos fenômenos da cultura intelectual. Assim, a aquisição da linguagem não é outra coisa senão o processo de apropriação das operações de palavras que são fixadas historicamente nas suas significações; é igualmente a aquisição da fonética da língua que se efetua no decurso da apropriação das operações que realizam a constância do seu sistema fonológico objetivo. É no decurso destes processos que se formam no homem as funções de articulação e de audição da palavra, assim como esta atividade cerebral a que os fisiólogos chamam o “segundo sistema de sinalização” (Pavlov).

É evidente que todas estas características psicofisiológicas são formadas pela língua que o homem fala e não inatas, ao ponto do conhecimento das características de uma língua dada permitir descrever outras com a maior verosimilhança, sem qualquer estudo particular. Assim, sabendo que a língua materna de um dado grupo humano faz parte das línguas de tom, podemos estar absolutamente certos que todos os seus membros têm ouvido tonal desenvolvido<sup>206</sup>.

A principal característica do processo de apropriação ou de “aquisição” que descrevemos é, portanto, criar no homem aptidões novas, funções psíquicas novas. É nisto que se diferencia do processo de aprendizagem dos animais. Enquanto este último é o resultado de uma *adaptação* individual do comportamento genérico a condições de existência complexas e mutantes, a assimilação no homem é um processo de *reprodução*, nas propriedades do indivíduo, das propriedades e aptidões historicamente formadas na espécie humana.

Falando do papel de aquisição da cultura no desenvolvimento do homem, o autor de uma obra recente consagrada a este problema nota muito justamente que se o animal se contenta com o desenvolvimento da natureza, o homem *constrói* a sua natureza<sup>207</sup>.

<sup>206</sup> Ver A. N. Leontiev, I. B. Guippenreiter: “Influência adaptação da língua materna sobre a formação do ouvido”, *Dokl. Ak. Péd. Naouk, R. S. F. R.*, 1959, nº 2.

<sup>207</sup> J. Chateau: *La culture générale*, Paris, 1960, p. 38.

Mas como é que este processo é possível no plano fisiológico e como se processa? Trata-se de uma questão muito difícil. Com efeito, por um lado, os fatos indicam que as aptidões e funções que se desenvolvem no decurso da história social da humanidade não se fixam no cérebro do homem e não se transmitem conforme as leis da hereditariedade. Por outro lado, é absolutamente evidente que uma aptidão ou uma função não pode ser senão a função de um órgão ou de um conjunto de órgãos determinados.

A resolução da contradição entre estas duas posições igualmente indiscutíveis constitui um dos sucessos mais importantes que a fisiologia e a psicofisiologia do nosso século obtiveram.

Em W. Wundt encontramos já a idéia de que o caráter *específico* da atividade se deve ao fato dela assentar não sobre as funções fisiológicas elementares do cérebro, mas sobre as associações que elas formam no decurso do desenvolvimento individual. Um novo passo decisivo foi transposto neste sentido com a descoberta, por Pavlov, do trabalho por sistema dos grandes hemisférios cerebrais.

Por seu turno, um dos mais eminentes contemporâneos de Pavlov, A. A. Oukhtonski, emitiu a idéia de que existem órgãos particulares do sistema nervoso, os órgãos fisiológicos ou funcionais<sup>208</sup>.

O que são estes órgãos “fisiológicos” do cérebro? São órgãos que funcionam da mesma maneira que os órgãos habituais, de morfologia constante, mas distinguem-se por serem *neoformações* que aparecessem no decurso do desenvolvimento individual (ontogênico). Eles constituem, portanto, o substrato das aptidões e funções específicas que se formam no decurso da apropriação pelo homem do mundo dos objetos e fenômenos criados pela humanidade, isto é, da cultura.

As propriedades e os mecanismos de formação destes órgãos são suficientemente conhecidos hoje, ao ponto de ser possível construir “modelos” deles em laboratórios. Além disto, podemos doravante representar com maior clareza como se efetuiu a hominização do cérebro,

<sup>208</sup> Ver A. A. Oukhtonski: *Obras*, t. I, Leneningrado, 1950, p. 290.

aquilo que permitiu ao desenvolvimento do homem obedecer às leis sócio-históricas e acelerar-se assim de maneira considerável: essa hominização traduz-se pelo fato de que o córtex do cérebro humano, com os seus 15 bilhões de células nervosas, se tornou, num grau bem mais elevado que nos animais superiores, *um órgão capaz de formar órgãos funcionais*.

4. Consideramos até agora que o processo de apropriação como o resultado de uma atividade efetiva do indivíduo em relação aos objetos e fenômenos do mundo circundante criados pelo desenvolvimento da cultura humana. Sublinhamos que esta atividade deve ser adequada, aliás que deve reproduzir os traços da atividade cristalizada (acumulada) no objeto ou no fenômeno ou mais exatamente nos sistemas que formaram. Mas pode-se supor que esta atividade adequada apareça no homem, na criança, sob a influência dos próprios objetos e fenômenos? A falsidade de uma tal suposição é evidente.

A criança não está de modo algum sozinha em face do mundo que a rodeia. As suas relações com o mundo têm sempre por intermediário a relação do homem aos outros seres humanos; a sua atividade está sempre inserida na *comunicação*. A comunicação, quer esta se efetue sob a sua forma exterior, inicial, de atividade em comum, quer sob a forma de comunicação verbal ou mesmo apenas mental, é a condição necessária e específica do desenvolvimento do homem na sociedade.

As aquisições do desenvolvimento histórico das aptidões humanas não são simplesmente *dadas* aos homens nos fenômenos objetivos da cultura material e espiritual que os encarnam, mas são aí apenas *postas*. Para se apropriar destes resultados, para fazer deles *as suas* aptidões, “os órgãos da sua individualidade”, a criança, o ser humano, deve entrar em relação com os fenômenos do mundo circundante através de outros homens, isto é, num processo de comunicação com eles. Assim, a criança *aprende* a atividade adequada. Pela sua função este processo é, portanto, *um processo de educação*.

É evidente que a educação pode ter e tem efetivamente formas muito diversas. Na sua origem, nas primeiras etapas do desenvolvimento

da sociedade humana, como nas crianças pequenas, é uma simples imitação dos atos do meio, que se opera sob o seu controle e com a sua intervenção; depois complica-se e especializa-se, tomando formas tais como o ensino e a educação *escolares*, diferentes formas de educação superior e até formação autodidata.

Mas o ponto principal que deve ser bem sublinhado é que este processo deve *sempre* ocorrer sem que a transmissão dos resultados do desenvolvimento sócio-histórico da humanidade nas gerações seguintes seria impossível, e impossível, conseqüentemente a continuidade do processo histórico.

Para ilustrar esta idéia, voltarei a uma imagem de Piéron na obra já citada. Se o nosso planeta fosse vítima de uma catástrofe que só pouparia as crianças pequenas e na qual pereceria toda a população adulta, isso não significaria o fim do gênero humano, mas a história seria inevitavelmente interrompida. Os tesouros da cultura continuariam a existir fisicamente, mas não existiria ninguém capaz de revelar às novas gerações o seu uso. As máquinas deixariam de funcionar, os livros ficariam sem leitores, as obras de arte perderiam a sua função estética. A história da humanidade teria de recomeçar.

O movimento da história só é, portanto, possível com a transmissão, às novas gerações, das aquisições da cultura humana, isto é, com educação.

Quanto mais progride a humanidade, mais rica é a prática sócio-histórica acumulada por ela, mais cresce o papel específico da educação e mais complexa é a sua tarefa. Razão por que toda etapa nova no desenvolvimento da humanidade, bem como dos diferentes povos, apela forçosamente para uma nova etapa no desenvolvimento da educação: o tempo que a sociedade consagra à educação das gerações aumenta; criam-se estabelecimentos de ensino, a instrução toma formas especializadas, diferencia-se o trabalho do educador do professor; os programas de estudo enriquecem-se, os métodos pedagógicos aperfeiçoam-se, desenvolve-se a ciência pedagógica. Esta relação entre o progresso histórico e o progresso da educação é tão estreita que se pode sem risco de errar julgar o nível

geral do desenvolvimento histórico da sociedade pelo nível de desenvolvimento do seu sistema educativo e inversamente.

5. Até agora consideramos o desenvolvimento do homem individual, que vem ao mundo sem defesa e desarmado e que possui ao nascer uma aptidão que apenas o distingue fundamentalmente dos seus antepassados animais: a aptidão para formar aptidões especificamente humanas. Se não está desprovido de um certo número de disposições inatas que o individualizam e deixam marca no seu desenvolvimento, isso não se traduz todavia diretamente no conteúdo ou na qualidade das suas possibilidades de desenvolvimento intelectual, mas apenas em alguns traços particulares, sobretudo dinâmicos, da sua atividade; tal é a influência dos tipos congênitos de atividade nervosa superior.

Por outro lado, vimos qual era a única fonte e a origem verdadeira do desenvolvimento do homem das forças e das aptidões que são o produto da evolução sócio-histórica. São os objetos e os fenômenos que encerram em si a atividade das gerações precedentes e resultam de todo o intelectual do gênero humano, do desenvolvimento do homem enquanto *ser genérico* (Marx). Mas esta noção comporta uma certa abstração científica tal como as de "humanidade", de "cultura humana", de "gênio humano".

Certamente que podemos representar as conquistas inegotáveis do desenvolvimento humano que multiplicaram por dezenas de milhares de vezes as forças físicas e intelectuais dos homens; os seus conhecimentos penetram os segredos mais bem escondidos do Universo, as obras de arte dão uma outra dimensão aos seus sentimentos. Mas todos têm acesso a estas aquisições? Sabemos muito bem que não é esse o caso e que as aquisições do seu desenvolvimento estão como que separadas dos homens.

A este propósito, quereria voltar à comparação entre evolução biológica e progresso histórico, entre a natureza animal e a natureza humana.

A perfeição da faculdade de adaptação dos animais ao meio, a "sagacidade", a riqueza e a complexidade dos seus instintos, do seu comportamento, são estupendas. Tudo isso resulta do seu desenvolvimento

enquanto espécie, da experiência adquirida pela espécie. Por certo que tudo isso representa bastante pouco em relação às aquisições do desenvolvimento histórico da humanidade, mas se se abstrai de eventuais desvios individuais, tudo isso constitui apanágio de *todos* os representantes da espécie considerada. Basta, portanto, ao naturalista estudar um só ou alguns para ter uma idéia justa da espécie no seu conjunto.

Para o homem o caso é diferente. A unidade da espécie humana parece ser praticamente inexistente não em virtude das diferenças de cor da pele, da forma dos olhos ou de quaisquer outros traços exteriores, mas sim das enormes diferenças e condições do modo de vida, da riqueza da atividade material e mental, do nível de desenvolvimento das formas e aptidões intelectuais.

Se um ser inteligente vindo de outro planeta visitasse a Terra e descrevesse aptidões físicas, mentais e estéticas, as qualidades morais e os traços do comportamento de homens pertencentes às classes e camadas sociais diferentes ou habitando regiões e países diferentes, dificilmente se admitiria tratar-se de representantes da mesma espécie.

Mas esta desigualdade entre os homens não provém das suas diferenças biológicas naturais. Ela é produto da desigualdade econômica, da desigualdade de classes e da diversidade consecutiva das suas relações com as aquisições que encarnam todas as aptidões e faculdades da natureza humana, formadas no decurso de um processo sócio-histórico.

O fato destas aquisições se fixarem nos produtos objetivos da atividade humana modifica totalmente, vimo-lo, o próprio tipo de desenvolvimento. Este liberta-se da sua sujeição às leis da evolução, acelera-se e novas perspectivas aparecem, impensáveis nas condições de um desenvolvimento movido pelas leis da hereditariedade. Mas este mesmo fato tem igualmente por conseqüência que as aquisições do desenvolvimento histórico possam separar-se daqueles que criam este desenvolvimento.

Esta separação toma uma forma prática, a alienação *econômica* dos meios e produtos do trabalho em face dos produtores diretos. Ela aparece com a divisão social do trabalho, com as formas da propriedade privada e

da luta de classes. Ela é portanto, engendrada pela ação de leis objetivas do desenvolvimento da sociedade que não dependem da consciência ou da vontade dos homens.

A divisão social do trabalho transforma o produto do trabalho num objeto destinado à troca, o que modifica radicalmente o luro do produtor do produto que ele fabrica. Se este último continua a ser, evidentemente, o resultado da atividade do homem, não é menos verdade que o caráter concreto desta atividade se apaga nele: o produto toma um caráter totalmente impessoal começa a sua vida própria, independente do homem, a sua vida de *mercadoria*.

A divisão social do trabalho tem igualmente como consequência que a atividade material e intelectual, o prazer e o trabalho, a produção e o consumo se separem e pertença a homens diferentes. Assim, enquanto *globalmente* a atividade do homem se enriquece e se diversifica, a de cada indivíduo *tomado à parte* estreita-se e empobrece. Esta limitação, este empobrecimento podem tornar-se extremos, sabemos-lo bem, quando um operário, gasta todas as suas forças para realizar uma operação que tem de repetir milhares de vezes.

A concentração das riquezas materiais na mão de uma classe dominante é acompanhada de uma concentração da cultura intelectual nas mesmas mãos. Se bem que as suas criações pareçam existir para todos, só uma ínfima minoria tem o vagar e as possibilidades materiais de receber a formação requerida, de enriquecer sistematicamente os seus conhecimentos e de se entregar à arte; durante este tempo, os homens que constituem a massa da população, em particular da população rural, têm de contentar-se com o mínimo de desenvolvimento cultural necessário à produção de riquezas materiais no limite das funções que lhes são destinadas.

Como a maioria dominante possui não apenas os meios de produção material, mas também a maior parte dos meios de produção e de difusão da cultura intelectual e se esforça por os colocar a serviço dos seus interesses, produz-se uma estratificação desta mesma cultura. Enquanto no domínio das ciências que asseguram o progresso técnico se verifica uma acumulação rápida de conhecimentos positivos, no domínio que toca ao

homem e à sociedade, à sua natureza e essência, às forças que os fazem avançar e ao seu futuro, nos domínios dos ideais morais e estéticos, o desenvolvimento segue duas vias radicalmente diferentes. Uma tende para acumular as riquezas intelectuais, as idéias, os conhecimentos e os ideais que encarnam o que há de verdadeiramente humano no homem e iluminam os caminhos do progresso histórico: ela reflete os interesses e as aspirações da maioria. A outra tende para a criação de operações mais cognitivas, morais e estéticas que servem os interesses das classes dominantes e são destinados a justificar e perpetuar a ordem social existente, em desviar as massas da sua luta por justiça, igualdade e liberdade, anestesiando e paralisando a sua vontade. O choque destas duas tendências provoca aquilo a que se chama a *luta ideológica*.

O processo de alienação econômica, produto do desenvolvimento da divisão social de trabalho e das relações de propriedade privada, não tem portanto por única consequência afastar as massas da cultura intelectual, mas também dividir esta em elementos de duas categorias, umas progressistas, democráticas, servindo o desenvolvimento da humanidade, e as outras que levantam obstáculos a este progresso, se penetram nas massas, e que formam o conteúdo da cultura declinante das classes reacionárias da sociedade. A concentração e a estratificação da cultura não se produzem apenas no interior das nações ou dos países. A desigualdade de desenvolvimento cultural dos homens manifesta-se ainda mais cruamente à escala do mundo, da humanidade inteira.

É esta desigualdade que serve o mais das vezes para justificar uma distinção entre os representantes das raças "superiores" e "inferiores". Os países onde se fazem os maiores esforços neste sentido são aqueles em que as classes dirigentes estão particularmente interessadas em dar uma justificação ideológica ao seu direito a submeter os povos menos avançados no seu desenvolvimento econômico e cultural. Não foi, portanto, um acaso se as primeiras tentativas feitas para impor a idéia de que estes povos se situam noutra nível biológico e pertencem a uma variedade (subespécie) humana particular, viram a luz do dia na Inglaterra (Lawrence, G. Smith e na segunda metade do século XIX, G. Kent e os

seus discípulos). Nada houve de fortuito no formidável esforço da propaganda racista nos Estados Unidos, nos primeiros anos de libertação dos Negros. O democrata revolucionário russo Tchernychevski (1828-1889) escrevia sobre este assunto: "Quando os plantadores dos Estados do Sul viram o escravagismo ameaçado, as considerações em favor a escravidão atingiram rapidamente o grau de elaboração necessário na sua luta contra as idéias do partido que se tornava perigoso para os escravagistas...e encontrou-se neles forças tão consideráveis para a luta oratória, jornalística ou científica, como devia encontrar mais tarde para a luta armada"<sup>209</sup>.

Para dar uma aparência científica à pretensa deficiência natural das raças "inferiores", apelou-se como todos sabem para dois tipos de argumentos: morfológicos (morfologia comparada) e genéticos.

É aos primeiros que pertencem as tentativas repetidamente feitas para provar a existência das diferenças anatômicas no cérebro dos homens que pertencem à raças diferentes. Estas tentativas não podiam deixar de fracassar. Foi assim, por exemplo, que o volume médio do cérebro de certas tribos negras se revelou, mesmo após um estudo escrupuloso, mais elevado que o dos Brancos (dos Escoceses). O mesmo para a estrutura fina do cérebro. O. Klineberg cita no seu livro sobre a psicologia social dados que o testemunham<sup>210</sup>. Um colaborador do instituto de anatomia da universidade americana John Hopkins, Bean, publicou no seu tempo dados que mostravam que a parte frontal do córtex cerebral era relativamente menos desenvolvida nos homens de raça negra que nos brancos e que seu cérebro comportava igualmente algumas outras particularidades estruturais confirmando o "fato estabelecido", segundo a expressão de Bean, da inferioridade dos Negros. Como os dados sobre o que se fundamentava Bean parecessem pouco convincentes ao diretor deste instituto, Mall, ele retornou as investigações sobre a mesma coleção de cérebros, mas diferentemente de Bean, sem saber antecipadamente quais que pertenciam a brancos e quais os que pertenciam a negros, Mall e os seu colaboradores

<sup>209</sup> Tchernychevski: *Obras completas*, em 10 volumes, Ex. Moscou, 1951, pp. 809-810.

<sup>210</sup> O. Klineberg: *Social psychology*, Nova Iorque, 1954.

classificaram os cérebros em dois grupos em função dos critérios indicados por Bean, e quando contaram cada grupo, os dos representantes das raças negras e branca, verificaram que estavam mais ou menos igualmente repartidos: as conclusões de Bean foram infirmadas. É evidente, nota Klineberg a este propósito, que esperando-se encontrar sinais de subdesenvolvimento nos negros e conhecendo antecipadamente a proveniência de cada um dos cérebros, Bean "descobriu" entre eles as diferenças que de fato não existiam.

Voltemos agora aos argumentos genéticos. A sua análise apresenta um interesse particular na medida em que tocam diretamente o problema do desenvolvimento cultural desigual entre povos diferentes. O seu fundamento é a hipótese do *poligenetismo*. Esta hipótese resume-se à idéia de que as raças humanas têm origens independentes e que provêm de antepassados diferentes. Assim se explicariam as diferenças praticamente inultrapassáveis entre elas, tanto no que toca ao nível atingido como às possibilidades de desenvolvimento ulterior. Todavia o progresso dos conhecimentos paleontológicos tornou esta hipótese menos plausível e a maioria dos investigadores contemporâneos defende posições contrárias; eles admitem a origem comum de todas as raças que não passam, do ponto de vista biológico de variações de uma espécie única: o "Homo sapiens". Testemunha-o o fato de que as características raciais são pouco marcadas e suscetíveis de variações consideráveis, o que explica que os limites entre as raças sejam iludidos e que existam entre elas uma gradação insensível.

Os dados modernos mostram que algumas destas características são suscetíveis, em certas condições, como por exemplo a migração para outras regiões geográficas, de se modificarem bastante nitidamente no espaço de uma única geração. Outra prova de origem comum das raças humanas é que certos caracteres, *tomados à parte*, cuja reunião forma a especificidade de uma raça se encontram em combinações diferentes nos representantes de raças diferentes. Finalmente, devemos sobretudo sublinhar que as principais características do homem contemporâneo "acabado" (a saber um cérebro altamente desenvolvido e a proporção correspondente entre as partes encefálica e facial do crânio, a conformação

característica da mão, as particularidades do esqueleto, adaptado à posição vertical, o fraco desenvolvimento lento da cobertura pilosa do corpo etc.) *existem em todas as raças humanas sem exceção.*

É possível admitir que as diferenças raciais provenham do fato de que a humanidade, espalhando-se cada vez mais sobre a Terra, se tenha fracionado em grupos separados que prosseguindo seu desenvolvimento sob a influência de condições naturais desiguais tenham adquirido certas particularidades. Mas estas não têm significação adaptativa a não ser relativamente a fatores naturais agindo *diretamente* por exemplo, a pigmentação da pele corresponde a uma ação intensa dos raios solares). O isolamento destes grupos reforçou naturalmente a acumulação hereditária de tais características biológicas: vimos que o efeito das leis da hereditariedade não cessa totalmente, mas apenas no que toca à fixação e à transmissão das aquisições sócio-históricas da humanidade. Ora é justamente a este nível que se observam as maiores diferenças.

É certo que este relativo isolamento e desigualdade das condições e das circunstâncias do progresso econômico e social pôde criar, em povos humanos estabelecidos em regiões diferentes do mundo, uma certa desigualdade de desenvolvimento. Todavia, as diferenças enormes que se criaram entre os níveis de cultura material e intelectual dos países e povos diferentes não podem explicar-se unicamente pelo efeito destes fatores. De fato, no decurso do desenvolvimento da humanidade, dos meios de comunicação, dos laços econômicos e culturais entre os países, apareceram e desenvolveram-se rapidamente. Eles deveriam ter o efeito inverso, isto é, provocar uma igualização do nível de desenvolvimento dos diferentes países e elevar os países retardatários ao nível dos países mais avançados.

Se, pelo contrário, a concentração da cultura mundial não cessou de se reforçar, a ponto de alguns países se tornarem os portadores principais enquanto noutros está abafada, é porque a relação entre os países não assentam na igualdade de direitos, da cooperação e entreajuda, mas no princípio de dominação entre o forte sobre o fraco.

A usurpação de territórios dos países menos avançados, a pilhagem de populações indígenas e a sua redução à escravatura, a colonização

destes países, tudo isto é que interrompeu o seu desenvolvimento e provocou uma regressão da sua cultura. Regressão devida não apenas ao fato dos povos sujeitos, na sua grande maioria, se verem privados dos meios materiais mais indispensáveis ao seu progresso cultural, mas também ao fato de terem sido levantadas barreiras artificiais entre eles e a cultura mundial. Se bem que os colonizadores tenham sempre dissimulado os seus objetivos interesseiros sob frases exaltando a sua missão cultural e civilizadora, de fato reduziram países inteiros à miséria cultural. Quando importavam riquezas culturais destinadas às massas, tratava-se o mais das vezes riquezas fictícias, levando-lhe menos cultura verdadeira do que a espuma que sobrenada a superfície das águas.

Assim se introduziram a concentração e a alienação da cultura não só das histórias dos diferentes países mas também e sob formas ainda menos disfarçadas na história da humanidade.

Esta alienação provocou uma ruptura entre, por um lado, as gigantescas possibilidades desenvolvidas pelo homem e, por outro, a pobreza e a estreiteza de desenvolvimento que, se bem que em graus diferentes, é a parte que cabe aos homens concretos. Esta ruptura não é todavia eterna, como não são eternas as relações sócio econômicas que lhe deram origem. É o problema do seu desaparecimento completo que está no centro dos debates sobre as *perspectivas de desenvolvimento do homem.*

6. A questão do desenvolvimento futuro do homem preocupa antropólogos, psicólogos e sociólogos. Como sempre, quando se trata da antropologia histórica as divergências devem-se a concepções opostas sobre a natureza do homem, quer do ponto de vista biológico quer do ponto de vista sócio-histórico.

É evidente que estes pontos de vista não se encaram num plano puramente abstrato; uns e outros tocam importantes problemas sociais, e servem de fundamento à tendências funcionalmente diferentes para a sua solução prática.

Os representantes da primeira tendência, puramente biológica, considerando o desenvolvimento do homem como o prolongamento direto

da evolução biológica, não querem ver as modificações que se produziram neste mesmo tipo de desenvolvimento do homem na última etapa da sua formação. Arquitetam as suas teorias sobre o futuro do homem extrapolando pura e simplesmente as mudanças morfológicas que ocorreram no período de preparação e de formação inicial do homem: recorrem mesmo as observações sobre a variação dos caracteres particulares do homem contemporâneo, considerando uns, sem reservas, como atávicos e os outros como progressistas e proféticos, isto é, indicando a via do desenvolvimento futuro.

Foi assim que apareceram as teorias sobre a transformação progressiva do homem atual num ser humano de tipo novo. Este ser, o *Homo sapientissimus*, é descrito diferentemente segundo os autores, mas todos lhe atribuem características biológicas novas. Em geral, vêem-no maior, com um crânio mais redondo e mais volumoso que o do homem atual, um pequeno rosto chato, menor número de dentes e quatro dedos nos pés. Quanto aos seus caracteres psíquicos, o principal seria um intelecto poderoso e sutil; os seus sentimentos, pelo contrário, enfraquecer-se-ão<sup>211</sup>.

Claro que o mais importante não está nas descrições mais ou menos fantásticas sobre o homem futuro, mas sim na concepção das leis motoras do desenvolvimento dos caracteres transmissíveis da espécie humana não podemos intervir no curso deste processo a não ser como medidas de melhoramento destes caracteres hereditários. É sobre esta idéia que assenta a *eugenia* (isto é, a teoria do melhoramento da espécie humana), fundada no princípio do século por Francis Galton, autor da famosa obra *O gênio hereditário, suas leis e as suas conseqüências*.

Para que se possam manter e desenvolver as faculdades humanas, os eugenistas exigem que se tome uma série de medidas visando impedir a reprodução das raças e dos homens "inferiores" e o seu cruzamento com representantes superiores do gênero humano, os "sangue-azul". Ao lado destas medidas, encorajando a reprodução dos membros das classes privilegiadas da sociedade e das raças superiores, limitando, pelo contrário,

<sup>211</sup> H. Shapiro: "Man 500.000 yers from now", *Journal of the American Mus. of Natural History*, 1933, nº 6.

a reprodução das camadas inferiores da população e dos povos "de cor", os eugenistas pregam a necessidade de instaurar uma seleção sexual artificial como a que se pratica para o apuramento de uma raça de animais domésticos. Os eugenistas reacionários vão mais longe e pregam a esterilização obrigatória e mesmo a eliminação das pessoas físicas "hereditariamente deficientes" e de populações inteiras. Vêem nas guerras de exterminação um dos meios mais eficazes de melhorar a raça humana. Sabe-se que estas teses monstruosas e inumanas não ficaram apenas no papel; encontram a sua aplicação prática nos campos de morte fascistas e nos atos de violência dos colonizadores racistas. A luta contra estas idéias, a denúncia da sua essência, antipopular e reacionária, não tem simplesmente uma aplicação teórica abstrata; ela é indispensável para abrir caminho ao triunfo das idéias da democracia, da paz e do progresso da humanidade.

O futuro da humanidade é verdadeiramente grandioso e está muito mais próximo do que imaginam aqueles que o esperam através da mudança de uma natureza biológica. Hoje, o futuro está à vista; é a próxima etapa da história humana.

O homem não nasce dotado das aquisições históricas da humanidade. Resultando estas do desenvolvimento das gerações humanas, não são incorporadas nem nele, nem nas suas disposições naturais, mas no mundo que o rodeia, nas grandes obras da cultura humana. Só apropriando-se delas no decurso da sua vida ele adquire propriedades e faculdades verdadeiramente humanas. Este processo coloca-o, por assim dizer, aos ombros das gerações anteriores e eleva-o muito acima do mundo animal.

Mas na sociedade de classes, mesmo para o pequeno número que usufrui as aquisições da humanidade, estas mesmas aquisições manifestam-se na sua limitação, determinadas pela estreiteza de caráter obrigatoriamente restrito da sua própria atividade; para a maioria esmagadora das pessoas, a apropriação destas aquisições só é possível dentro de limites miseráveis.

Vimos já que isto é conseqüência do processo de alienação que intervém tanto na esfera intelectual da vida; que a destruição das relações



sociais assentes na exploração do homem pelo homem, que engendram este processo, só ela pode pôr fim e restituir a todos os homens a sua natureza humana, em toda a sua simplicidade e diversidade.

Mas é um ideal acessível o do desenvolvimento no homem de todas as suas aptidões humanas? A força deste preconceito profundamente enraizado nos espíritos, segundo o qual o desenvolvimento espiritual do homem tem a sua origem em si mesmo, é tão grande que leva a pôr o problema ao contrário: não seria a aquisição dos progressos da ciência a condição da formação das aptidões científicas, mas as aptidões científicas que seriam a condição desta aquisição: não será a apropriação da arte a condição do desenvolvimento do talento artístico, mas o talento artístico que condicionará a apropriação da arte. Citam-se em apoio desta teoria fatos que testemunham a aptidão de uns e da incapacidade total de outros para tal ou tal atividade, sem mesmo se interrogarem donde vêm estas aptidões; tem-se geralmente a espontaneidade da sua primeira aparição por prova de sua idoneidade.

O verdadeiro problema não está, portanto, na aptidão ou na inaptidão das pessoas para se tornarem senhores das aquisições da cultura humana, fazer delas aquisições da sua personalidade e dar-lhes a sua contribuição. O fundo do problema é que cada homem, cada povo tenha a possibilidade prática de tomar o caminho de um desenvolvimento que nada entrave. Tal é o fim para o qual deve tender agora a humanidade virada para o progresso.

Este fim é acessível. Mas só em condições que permitam libertar realmente os homens do fardo da necessidade material, de suprimir a divisão mutiladora entre trabalho intelectual e trabalho físico, criar um sistema de educação que lhes assegure um desenvolvimento multilateral e harmonioso e que dê a cada um a possibilidade de participar enquanto criador de todas as manifestações da vida humana.

## **O DESENVOLVIMENTO DO PSIQUISMO NA CRIANÇA**